

**BAEPENDI:
INVESTIGAÇÃO TOPONÍMICA,
DIACRÔNICA E ETIMOLÓGICA**

Francisco de Assis Carvalho (USP)
francarvalho@usp.br

1. Introdução

A finalidade deste trabalho é descrever o topônimo *Baependi* e suas variantes, desde uma perspectiva diacrônica e etimológica. Por ser um dos municípios mais antigos do Sul de Minas Gerais, o topônimo foi registrado de muitas maneiras e revela em sua etimologia controvérsias.

2. A toponímia

A toponímia é o estudo dos nomes atribuídos ao espaço habitado pelo ser humano. A palavra é derivada dos termos gregos τόπος (tópos), lugar, e ὄνομα (nome), literalmente, o nome de um lugar. Dorion (2003, p. 3), especialista dessas questões, presenteia-nos com uma reflexão que complementa as considerações anteriormente apresentadas, quando salienta que a toponímia, assim como as outras ciências humanas, se inscreve em uma dupla dimensão: a do espaço, chamada também de “função toponímica” e a do tempo, que pode ser compreendida como “a memória toponímica”. Assim, a toponímia tem uma relação especial com a geografia, já que os nomes de lugar constituem o vocabulário próprio desta ciência, e com a história, tendo em vista que os topônimos constituem o testemunho através do tempo da relação entre o homem e o espaço.

É pela linguagem e pelo processo de nomear as coisas que o ser humano representa o “espaço”. Para Piaget (1948), a construção do espaço ocorre desde o nascimento do indivíduo e é paralela às demais construções mentais, constituindo-se com a própria inteligência. Essa construção se processa progressivamente, nos planos perceptivo e representativo. Inicialmente, a construção do espaço prende-se a um espaço sensorio-motor ligado à percepção e à motricidade. Este espaço sensorio-motor emerge dos diversos espaços orgânicos. O espaço sensorio-motor não é constituído por simples reflexos, mas por uma interação entre o organismo e o meio-ambiente, perante a qual o sujeito se organiza e se adapta continuamente em relação ao objeto. Em seguida, a construção do

espaço passa a ser representativa, coincidindo com o aparecimento da imagem e do pensamento simbólico, que são contemporâneos ao desenvolvimento da linguagem. Assim, o espaço torna-se “representativo”. Ele é ordenado e sistematizado pelas capacidades simbólicas do sujeito perceptivo. Este, para ordenar e definir o espaço nomeia as coisas e os lugares, numa tentativa de ordenamento e sistematização. Por isso, o estudo do significado e da origem dos nomes dos lugares, também chamados de topônimos, constitui-se em um amplo campo de pesquisa que envolve diversos saberes humanos.

Moreau-Rey (2003, p. 10), ao falar sobre os aspectos teóricos da toponímia, propõe uma aproximação conceitual que nos parece bem marcada, quando enfatiza de maneira particular a questão espacial, apresentando por nomes de lugar, ou nomes geográficos, no sentido mais amplo, todos os nomes simples ou expressões compostas que designam os lugares habitados, tanto antigamente como na atualidade (nomes de países, de comarcas, de territórios de qualquer tipo, de aglomerações urbanas ou rurais – cidades, vilas, povoados, aldeias, bairros, ruas, avenidas, praças); como também os lugares desabitados; os nomes relativos ao relevo, tanto de terras interiores como costeiras: montanhas, planícies, ilhas, cabos, baías; os nomes relativos à água, terrestre ou marítima: mares, lagos, rios, torrentes, fontes, pântanos; os nomes das vias de comunicação. Em geral, tanto se trata de nomes do presente ou do passado – ou aqueles em desuso – cabe designá-los para todos os efeitos como nomes de lugar.

De fato, a natureza peculiar desses nomes e sua transcendência social encontram-se na base da curiosidade que despertam quando falamos de uma memória coletiva. Conforme o historiador Le Goff, a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. A memória coletiva é não somente uma conquista, mas é também um instrumento e um objeto de poder. (LE GOFF, 2003, p. 470). O estudo científico da memória coletiva encontra na toponímia um rico material de estudo. Na expressão de Le Goff: “Esses materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”. (2003, p. 525).

O linguista Mário Alinei afirma que “todo o signo é motivado no momento de sua criação”. Ele defende a existência de uma dupla estrutura do significado: a genética e a funcional. Todo o signo é motivado em

sua origem porque o denominador quando atribui nome a um novo referente, muitas vezes, utiliza elementos pré-existentes no sistema linguístico para conceber palavras novas. Assim, o que acontece depois de sua criação, é que os novos itens lexicais vão se tornando funcionais e acabam perdendo a motivação inicial. Tanto Ullman (1976) quanto Alinei (1994) estabelecem a distinção entre palavras “opacas” e palavras “transparentes”, conforme seja possível ou não recuperar a motivação inicial, registrando ainda o que é chamado de “opacidade cultural”, quando não se pode recuperar o contexto cultural em que as palavras foram criadas (ALINEI, 1994, *apud* ISQUERDO, 1996, p. 88). Dessa maneira é que podemos estudar a nomeação dos lugares pelo signo toponímico. Este, antes de qualquer outra coisa, é um signo linguístico, motivado principalmente pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador. (TAVARES, 2009, p. 100).

O signo toponímico tem como característica principal a motivação semântica relacionada a aspectos sociais, culturais ou ambientais que, segundo Sapir, são levadas em conta no ato de nomear acidentes físicos ou humanos, tornando-se assim a sua motivação. Dick lembra que, nessa perspectiva, os topônimos são motivados por fatores extralinguísticos, podendo ser considerados como “verdadeiros testemunhos históricos” e expressam “um valor” que transcende o próprio ato da nomeação. (1999, p. 129). A autora ainda esclarece que o topônimo, em sua funcionalidade, transforma-se no ato do “batismo do lugar”, de arbitrário em essencialmente motivado. (1990, p. 38). O duplo aspecto da motivação toponímica é revelado no primeiro momento pela intencionalidade do falante e, em seguida, pela origem semântica da denominação.

No entrelaçamento do estudo da toponímia com a relação da motivação entre o denominador e o objeto denominado, podemos chegar ao processo onomasiológico que revela as influências externas ou subjetivas que se traduz em topônimos de variadas origens e procedências.

3. História

Baependi é o nome de uma pequena e encantadora cidade localizada no sul de Minas Gerais. As primeiras referências sobre o território que atualmente compreende o município datam dos primeiros anos do século XVII. A bandeira de André Leão, partindo de São Paulo, em 1601, seguiu o curso do Paraíba, desde o lugar onde atualmente está São José dos Campos, até Cachoeira, e galgando a serra da Mantiqueira, ru-

mo para Pouso Alto e Baependi. Em 1646, Jaques Félix, segundo Diogo de Vasconcelos (1974), recebeu a incumbência de procurar minas; andou pelos sertões de Guaratinguetá e chegou até o planalto do rio Verde. Em ano anterior a 1694, andou também pela região Bartolomeu da Cunha, à procura das riquezas ali existentes. Segundo Lefort (1993), quanto ao povoamento, antiga tradição diz que em 1692, Antônio da Veiga, seu filho João da Veiga e Manuel Garcia partiram de Taubaté rumo ao sertão, para captura de silvícolas. Empolgados por informações referentes à existência de ouro além da serra da Mantiqueira, incursionaram pelo rio Verde e deram a um tributário deste o nome de Baependi. A descoberta e a fundação da cidade de Baependi devem-se à penetração dos paulistas. Em um desses roteiros, certamente o do Embaú, penetraram os três taubateanos, tidos como fundadores de Baependi. Bem próximo ao rio Baependi se desenhava o “Caminho Velho”, assim chamado já no ano de 1727. Era um “atalho” para quem procurava os sertões das Carrancas e S. João del Rei. Parte saliente na história dessa localidade, segundo lemos em Taunay, teve o Pe. João de Faria Fialho, fundador de Pindamonhangaba e de outras localidades mineiras. O nome Baependi era bastante conhecido pelos bandeirantes e sertanistas. Admite-se que os desbravadores se tenham estabelecido no local mais tarde conhecido como o Engenho. Depois, atraídos pela notícia da descoberta de ouro naquelas paragens, outros colonizadores fundaram uma pequena povoação, a que denominaram Baependi, e edificaram uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora de Montserrat. Sabe-se que entre os primeiros povoadores estão Tomé Rodrigues Nogueira do Ó e sua esposa Maria Leme do Prado. Não se sabe ao certo por que nem quando vieram, embora estes fatos não devam ter ultrapassado a primeira metade do século XVIII. Na obra de Raimundo José da Cunha Matos encontramos a seguinte descrição:

A vila de Baependi está situada na margem direita do Rio de Ingaí, que entra na esquerda do grande. Foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Santa Maria do Baependi, pelo Alvará de 19 de julho de 1814, e ao título de marquesado, em 1826, a favor de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que já era visconde do mesmo título desde o ano de 1825. Fica 64 léguas distante do Rio de Janeiro, e 53 da cidade do Ouro Preto. Tem 130 fogos, Casa de Câmara Municipal e Prisão pouco notáveis, e uma igreja paroquial. O termo da vila é célebre pelo excelente tabaco que nele cresce. (MATOS, 1981, p. 148)

O distrito foi criado por Alvará, de 2 de agosto de 1752 e o município, pelo Alvará de 19 de julho de 1814, com território desmembrado do de Campanha da Princesa. Sua instalação se verificou a 23 de outubro do mesmo ano. Um acontecimento que marcou época para Baependi e

lhe possibilitou maior expansão, foi a visita de Luís Diogo Lobo da Silva, ali chegado a 2 de novembro de 1864. Fez algumas nomeações no arraial, tendo partido no dia seguinte, rumo a Pouso Alto e Capivari, para o seu giro de mais de 400 léguas. Outra data de relevante importância, porquanto de garantias especiais, foi a ano de 1814. Pelo Alvará de 19 de julho, alcançaram os baependianos a mercê da criação de vila, desmembrando-se, assim, da sujeição à vila da Campanha. Em virtude do dito alvará, ficaram-lhe incorporadas as freguesias de Aiuruoca e Pouso Alto. A vila de Santa Maria de Baependi se instalou solenemente a 13 de outubro. Em sessão ordinária de 8 de abril de 1854, a câmara municipal de Baependi resolveu pedir, através do rio Presidente da Província, à Assembleia Provincial, a criação de uma comarca local. O atendimento veio com a Lei nº. 719, de 16 de maio de 1855, que dizia em seu parágrafo 13: “Os Municípios de Baependi, Aiuruoca e Cristina formarão a Comarca de Baependi”.

No ano de 1868, engalanou-se a cidade para receber a honrosa visita de Suas Altezas, o Conde d’Eu e a princesa Isabel. Depois de uma curta estadia em Caxambu, onde lançaram a 1ª. pedra fundamental do novo templo, em honra de Santa Isabel da Hungria, eis que os ilustres visitantes foram festivamente recebidos em Baependi. Integravam a comitiva, o capelão Pe. João Pires do Amaral, o conde e a condessa de Lages e o médico Dr. Feijó. A cidade reviveu seus primitivos tempos.

Embora não baependiana, ali viveu, no século passado, piedosa senhora de nome Francisca Paula de Jesus, vulgarmente chamada de Nhá Chica. Natural de S. João d’El Rei, nascida em 1808, transferiu residência para Baependi, onde consagrou sua vida e repetidos atos de benemerência ao próximo. Embora pobre, fez erguer, fruto de esmolas, um templo em honra de N. Sª. da Conceição, onde foi sepultada no dia 18 de junho de 1895. É uma santa popular e para Baependi acorrem milhares de pessoas para rezar e pedir bênçãos em seu túmulo.

4. Etimologia

Dentro da ciência histórica o conhecimento toponímico enlaça-se com a etimologia, uma ciência de viés histórico que se ocupa em estudar a origem dos nomes. A etimologia (do grego antigo $\epsilon\tau\iota\mu\omicron\lambda\omicron\gamma\iota\alpha$, composto de $\epsilon\tau\iota\mu\omicron\nu\omicron$ e $-\lambda\omicron\gamma\iota\alpha$ “-logia”) é o estudo da origem histórica e da evolução das palavras. Os gregos conceberam esse estudo como o “verdadeiro” conhecimento do sentido das palavras. O sentido verdadeiro ex-

presso pela forma primitiva onde se pode reconhecer a relação entre o nome e a coisa nomeada, e como esta motivação inicial sofreu motivações, no curso da evolução histórica. Por outras palavras, é o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica. A etimologia tem como objetivo primordial o de estabelecer a genealogia ou origem de uma palavra e como ela entrou para o vocabulário de uma língua.

Segundo Brucker (1988), que se ocupa da moderna etimologia, os estudos etimológicos evoluíram para um método léxico-histórico. Ele recolhe todas as informações históricas relativas ao tempo, ao lugar e à realidade nomeada que determinaram a palavra e faz a reconstrução da palavra dentro do sistema linguístico, confrontando o léxico da língua com a palavra analisada, a forma e o lugar dentro do sistema linguístico e da situação histórica que determina a sua função. Conhecer um topônimo não é somente saber escrevê-lo e pronunciar-lo. É preciso descobrir-lhe a origem e o significado etimológico, ler o que a palavra nos revela sob a sua aparência gráfica ou aspecto material, conhecer a sua história em muitos casos. Desse modo, adquirimos conhecimentos, que não suspeitávamos poderem chegar até nós por tal via: fatos históricos, acontecimentos mais ou menos importantes, indicações geográficas etc.

Há um necessário e profundo entrelaçamento entre a toponímia e a etimologia. A primeira se ocupa do estudo dos nomes de lugares (topônimos), necessitando de maneira vital da segunda, que se ocupa da origem das palavras. Para determinar o significado de um topônimo, o passo inicial deve ser o de empreender uma busca etimológica em dicionários ou fontes que permitam detectar de onde ele provém e qual a sua origem linguística. Inerente a esse primeiro momento, deve-se fazer uma busca para realizar o levantamento do maior número possível de formas desse topônimo em documentos antigos e estabelecer a sua cronologia – mas sem esquecer, ao mesmo tempo, que os escribas, tabeliães e copistas, não raro, cometiam erros ou se entregavam a fantasias de interpretação; e que alguns documentos são de autenticidade duvidosa. Feito isso, é necessário consultar a documentação mais recente para se efetuar comparações.

Para estudarmos a motivação do topônimo *Baependi*, que tem origem indígena (tupi), recorremos às informações do grande tupinólogo Teodoro Sampaio. Este, em *O tupi na geografia nacional*, define “*Baependy*, antigamente *Maependi*”; como *Mbaé-pindi*, que se traduz: “o limpo, a clareira”, a aberta, em alusão a uma clareira na mata marginal do

rio Grande, facilitando a passagem do caminho dos descobridores de Minas Gerais”.

Encontramos alguns documentos antigos no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)⁹⁰ referentes à história da vila de Baependi. Dentre eles destacamos: *Alvará* (16/02/1752) de D. José I, ordenando a criação e ereção da nova vigararia colada a igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi, bispado de Mariana, com a cômputa de 200 mil réis anualmente, pagas pela sua fazenda; *Requerimento* (17/08/1752) do Pe. Antônio Batista, vigário da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi, bispado de Mariana, pedindo que se lhe passe alvará de mantimento de sua cômputa; *Carta Patente* (14/10/1761) de José Francisco Nunes, capitão da Companhia da Ordenança de Pé do distrito de Baependi, comarca de São João Del Rei, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto; *Solicitação* (09/06/ 1766) do capitão José Vieira de Almeida, residente no sítio do Ingai Abaixo, freguesia de Baependi, termo da vila de São João Del Rei, comarca do Rio das Mortes, pedindo carta de confirmação de sesmaria de uma légua e meia de terra, não obstante ter passado 3 anos; *Requerimento* (17/07/1772) de Henrique Dias de Vasconcelos, capitão auxiliar de Cavalaria do distrito de Baependi, termo de São João Del Rei, solicitando a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo; *Carta Patente* (27/11/1784) de João de Sousa Caldas, capitão da Companhia de Ordenança de Pé do distrito das Furnas, freguesia de Baependi, termo da Vila de São João Del Rei, solicitando a D. Maria I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo; *Requerimento* (30/10/1781) de José Henrique da Encarnação e Sousa, capitão da Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito de Baependi, no termo da vila de São João Del Rei, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto; *Solicitação* (23/07/1782) de Antônio José Gomes Moreira, pedindo carta patente de confirmação do posto de capitão da Ordenança de Pé, do distrito das Furnas, da freguesia de Baependi, termo da vila de São João Del Rei; *Consulta* (30/05/1785) da Mesa da Consciência e Ordens sobre o concurso a igreja de Nossa Senhora de Monserrate de Baependi; *Carta*

⁹⁰ AHU_CU_011, Cx. 59, D. 4952; N° de inventário no catálogo: 4842; AHU_CU_011, Cx. 60, D. 5023; AHU_CU_011, Cx. 79, D. 6548; N° de inventário no catálogo: 6976; AHU_CU_011, Cx. 88, D. 7157; N° de inventário no catálogo: 6987; AHU_CU_011, Cx. 89, D. 7235; N° de inventário no catálogo: 7883; N° de inventário no catálogo: 8163; AHU_CU_011, Cx. 105, D. 8418; N° de inventário no catálogo: 8336; AHU_CU_011, Cx. 106, D. 8467; N° de inventário no catálogo: 9069; AHU_CU_011, Cx. 117, D. 9290; N° de inventário no catálogo: 9136; AHU_CU_011, Cx. 122, D. 9631; AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 17, doc. 1644.

(19/02/1747) do bispo do Rio de Janeiro (D. Frei Antônio do Desterro) ao bispo de São Paulo (D. Bernardo Rodrigues Nogueira), dizendo que recebera uma carta sua, pelo provincial de Nossa Senhora do Carmo e outra pelo reitor da Companhia (de Jesus). Em resposta à primeira diz ter sabido por testemunhas que o seu bispado se separa do de São Paulo, seguindo-se pela casta, pela vila de Ubatuba e, seguindo-se pelo sertão por todas as paragens que vão até ao Rio Paraíba; mas, quanto à divisão do bispado de São Paulo com o da cidade de Marianense (?) as testemunhas não provaram que as freguesias mencionadas na sentença – Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Carrancas e Santo Antônio do Rio Verde – pertencem ao dito bispado de São Paulo.

Nos antigos documentos lê-se *Mapendy* e também *Baependy* significando, segundo Alfredo de Carvalho (*Apud* LEFORT, 1993) “pouso bom e alegre”; na interpretação de Diogo de Vasconcelos (1974) “*esta cousa é tua? isto pertence a ti?*”; para Mons. Marcos Pereira Gomes Nogueira é: “*quid tibi vis?*” (*Que nação é a tua? Pergunta feita pelos descobridores aos índios do local*). Para Francisco Freire Alemão: “caminhos ruins” (MBaê – cousa má; pé – preposição (no, na); indy (com). Na formação da palavra intervieram as raízes *mbaé* (com as variantes maé, baé, ma objeto) *pê* (trilho, cortado, anguloso) e *ndi* (junto com, armado, companheiro). Todas as interpretações sobre a motivação do topônimo parecem conduzir a um caminho ou local de uma trilha. De acordo com Gonçalves (2006, p. 37), o topônimo Baependi foi grafado das seguintes maneiras: *Baependi* < *Baependy* < *Mapendi* < *Maipendi* < *Mbaipendi*.

É para não perder a “memória” que se faz importante recorrer aos escritos dos cronistas e viajantes que passaram pelos caminhos da Estrada Real, no período em que o Brasil ainda se constituía. Nesse sentido é sempre uma “volta ao começo”, já que a experiência europeia foi decisiva na formação da multiculturalidade brasileira. Desde o século XVI o Brasil se constituía em local privilegiado para o olhar estrangeiro que, entre maravilhado e inconformado, analisava esse lugar tão “exótico”, emoldurado por uma natureza magnífica e esplendorosa. Foi assim que as viagens científicas ao território brasileiro, após a abertura dos portos, com a chegada da Corte, em 1815, tornaram-se uma constante. Por isso, é muito importante salientar a contribuição dos registros desses viajantes para o estudo toponímico, já que, em seus escritos, podemos identificar registros descritivos dos lugares e dos topônimos atribuídos a eles. Dois viajantes deixaram as suas impressões sobre o que viram, registrando o

topônimo Baependi em seus relatos. São eles: Manuel Aires de Casal (1817) e Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822):

A vila de Santa Maria de *Baependi* é ainda pequena; a matriz, que a orna, dedicada a N. Senhora da Conceição; a riqueza de seus habitadores tabaco, para o qual o território é mui apropriado. Fica 14 léguas a leste da vila da Campanha, e foi criada por um alvará de 19 de julho de 1814, devendo assistir ao seu governo civil dois juízes ordinários, um dos órfãos, três vereadores, dois almotacés, dois tabeliães do público, judicial e notas; ficando anexos ao primeiro os ofícios de escrivão da câmara, cizas e almotacerias; e ao segundo o ofício de escrivão dos órfãos; um alcaide, e um escrivão do seu cargo. (CASAL, 1976, p. 173).

Perto de *Baependy*, encontramos o rio do mesmo nome, margeamos algum tempo e depois de o atravessar numa ponte de madeira, avistamos a cidade. Fica situada à encosta de uma colina pouco elevada e compõe-se de varias ruas desiguaes e irregulares. As casas que as margeiam, são em geral muito pequenas, e estão longe de atestar opulência. A egreja, construída numa praça publica, nada tem de notável. Hospedei-me numa estalagem que, semelhante as de varias cidades do interior, compõe-se de muitos quarozinhos quadrados, uns ao lado dos outros. Não se comunicam e tem entrada pela rua. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 122).

5. Considerações finais

Um nome é sempre uma fonte de sentido, o que faz da cultura uma forma diferente de identificar e recortar a realidade. A toponímia constitui-se como relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço pelos grupos culturais. Na tentativa de resgatar a “memória toponímica” do topônimo *Baependi*, podemos afirmar que a língua funciona afetada por uma memória do dizer, já que nomear um lugar, uma vila, uma cidade é, pois, rememorar a história dos fatos que motivaram o surgimento de um topônimo. O topônimo de origem tupi faz referência a um caminho que, certamente se liga ao fato das “descobertas” das minas de ouro que existiam na região do sul de Minas, e que eram buscadas pelos bandeirantes. Ainda que a grafia seja variada nos documentos mais antigos que pesquisamos, a essência etimológica do nome indígena permanece, traduzindo a ideia de caminho, de clareira, de lugar de passagem. De acordo com a classificação taxionômica de Dick, o topônimo Baependi pode ser classificado dentro da ordem antropocultural como *Hodotopônimo*. Dick (1990, p. 33) define a motivação desta taxa como “*topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BRUCKER, Charles. *L'étymologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- CASAL, Aires. *Corografia brasílica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- DARBY, H.C. *Place names and geography*. The Geographical Journal, United States, 1957, n. 123, p. 387.
- DAUZAT, A. *Études de linguistique française*. 2. éd. Paris: Editions D'Artrey, 1946.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or – pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- FRANCO, Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1940.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2003, v. VI.
- ISQUERDO, A. N.. *O fato linguístico como recorte da realidade socio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado) – UNESP, Araraquara, 1996.
- LEFORT, Mons. José do Patrocínio. *A diocese da Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEITE, Mário. *A região da Mantiqueira: Ensaio descritivo*. Lisboa: Sociedade Industrial e Tipografia Ltda., 1951.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 v.
- MENÉNDEZ, Pidal R.. *Toponimia prerrománica hispánica*. Madrid: Gredos, 1952.

MOREAU-REY, E. *Els noms de lloc*. Barcelona: Unió Excursionista de Catalunya, 1995.

_____. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Scripta Nova. v. VII, n. 138, 01/04/2003, UNB, Barcelona, 2003.

NÈGRE, Ernest. *Les noms de lieux en France*. Paris: Librairie Armand Colin, 1963.

OILIAM, José. *Historiografia mineira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. Baependi: [s.n.], 1942.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. *La representation de l'espace chez l'enfant*. Paris: PUF, 1948.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. Campinas: Pontes/Educ, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo – 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4 ed. Câmara Municipal do Salvador. Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 1955.

SAPIR, Edward. *Le langage: Introduction à l'étude de la parole*. Paris: Payot, 1970.

TAVARES, Marilze. Língua e cultura: Considerações sobre a motivação de nomes geográficos indígenas. *Raido*. Dourados:, v. 3, n. 6, p. 95-109, jul. /dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/434/401>>. Acesso em: 10-04-2012.

TRINDADE, Cônego Raimundo Otávio da. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ULLMANN, S. *Semántica. Introducción a la ciencia del significado*. Madrid: Aguiar, 1976.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História antiga das Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1974.

WAINWRIGHT, Barbara M. *Archaeology and Place-Names and History*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.